

## **COMISSÃO DE CULTURA**

### **PROJETO DE LEI Nº 1.447, DE 2015**

*Dispõe sobre o protagonismo juvenil.*

**Autor:** Deputado DR. JORGE SILVA

**Relator:** Deputado GIUSEPPE VECCI

### **VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO JEAN WYLLYS**

O Projeto de Lei em epígrafe pretende criar o Programa Nacional de Incentivo ao Protagonismo Juvenil, a ser instituído para estudantes da sexta à nona série do Ensino Fundamental, para todas as escolas públicas e privadas. Tal programa demanda a eleição de jovens representantes para propor e debater iniciativas legislativas em pequenas câmaras deliberativas nas esferas municipal, estadual e federal.

O texto do Projeto de Lei aponta, corretamente, que iniciativas participativas aprimoram e educam para a democracia. Entretanto, como muito bem assevera o Relator em seu voto, o texto da proposição encontra óbice na PEC 172/2012 (AGENDA BRASIL 2015), aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, estabelecendo que a União não imporá ou transferirá qualquer encargo ou prestação de serviços aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios sem a previsão de repasses financeiros necessários ao seu custeio.

O parecer do Relator justifica, ainda, que há problemas constitucionais, uma vez que o Programa seria implementado para todos os entes federativos, o que significaria criar obrigações para os demais entes políticos, que são autônomos por definição constitucional.

Os teóricos da democracia participativa, desde Rousseau, defendem a educação para participação (com participação real em decisões desde a esfera doméstica até o trabalho) como forma de moldar uma sociedade interessada em participar e atuante. Eles defendem, e têm como um de seus maiores expoentes na atualidade a teórica britânica Carole Pateman, a participação em nível local como preparadora e estimuladora para a participação em nível nacional. Segundo eles, não há apatia em quem é ensinado a participar. Além disso, a participação é um dos mecanismos mais recomendados na redução dos chamados déficits democráticos, ou seja, problemas na representação, como falta de prestação de contas e o distanciamento entre sociedade e agentes políticos.

Portanto, são bem-vindas as iniciativas que buscam estimular a participação, visto que contribuem para o letramento político [processo de apropriação de conhecimentos (direitos humanos, instituições políticas, democracia), práticas (exame de temas controversos, participação decisória, diálogo) e valores (equidade, liberdade) para a manutenção e o aprimoramento da democracia].

Os programas Parlamento Jovem (Câmara dos Deputados) e Jovem Senador (Senado Federal) mostram-se exitosos ao ensinarem a participação institucional por meio de simulações dos processos e há pesquisas que mostram como tais programas são capazes de afetar a percepção dos jovens em relação ao Parlamento. Essas iniciativas já existentes, entretanto, não dependem de Lei Federal para sua criação, podendo ser criadas por meio de Projeto de Resolução.

Lembremos, ainda, que essas iniciativas são ainda simulações e, portanto, não excluem a necessidade de estimular a participação real, em casa, na escola e demais instâncias de vivência juvenil, onde as decisões são reais e geram consequências concretas.

Diante da desnecessidade da presente proposição,  
votamos pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei nº 1.447, de 2015.

Sala da Comissão, em 4 de julho de 2017.

Deputado JEAN WYLLYS